

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Helen Freitas Ferraz de Oliveira¹

Alessandro Medeiros Pedro²

Ricardo Silva Andrade³

Vinícius José Silva Barbosa Moreira⁴

Luciana Botezelli⁵

Adriana Maria Imperador⁶

Resumo: É pretendida, neste artigo, a análise da estruturação interdisciplinar da Educação Ambiental no currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL MG, utilizando o recorte temporal dos últimos cinco anos (2015-2020) e a sua contribuição na formação do Pedagogo. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental, com vistas aos documentos institucionais (Projetos Políticos Pedagógicos e as Dinâmicas Curriculares). Em seguida, por meio de uma metodologia quali-quantitativa, discutiu-se a relevância da Educação Ambiental no curso de Pedagogia. Após a inserção da Educação Ambiental na grade curricular, são discutidas ações pertinentes às universidades em adotarem a temática socioambiental como determina a lei, alternando entre a obrigação legal com a autonomia de empregá-la nos diversos contextos educacionais, preparando assim o pedagogo para lidar com as problemáticas sociais.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Responsabilidade Socioambiental; Ensino Superior; Pedagogia.

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, PPGCA, Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, MG, Brasil. E-mail: helenferraz@hotmail.com

² Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, PPGCA, Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, MG, Brasil. E-mail: alessandroctg@hotmail.com

³ Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, PPGCA, Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, MG, Brasil. E-mail: andrade.ricardo2015@gmail.com

⁴ Discente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, PPGCA, Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, MG, Brasil. E-mail: viniciusjsbmoreira1@gmail.com

⁵ Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, PPGCA, Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, MG, Brasil. E-mail: luciana.botezelli@gmail.com

⁶ Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, PPGCA, Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, MG, Brasil. E-mail: adriana.imperador@yahoo.com.br

Abstract: This article intends to analyze the interdisciplinary structuring of Environmental Education in the curriculum of the Pedagogy course at the Federal University of Alfenas - UNIFAL MG, using the time frame of the last five years (2015-2020) and its contribution to the formation of the Pedagogue. The methodology adopted was bibliographic and documental research, with a view to institutional documents (Political Pedagogical Projects and Curricular Dynamics). Then, through a qualitative-quantitative methodology, the relevance of Environmental Education in the Pedagogy course was discussed. After the insertion of Environmental Education in the curriculum, actions relevant to universities in adopting the socio-environmental theme as determined by law are discussed, alternating between the legal obligation with the autonomy to use it in different educational contexts, thus preparing the pedagogue to deal with the social problems.

Keywords: Environmental Education; Social and Environmental Responsibility; University Education; Pedagogy.

Introdução

O desenvolvimento profissional do docente como promotor da Educação Ambiental consiste em trabalhar conceitos e procedimentos que ensejam a criação de pessoas críticas e conscientes em relação às suas decisões e consequentemente em suas ações, sabendo lidar com os desafios e refletindo a forma adequada e coerente para a preservação da natureza.

As universidades, por serem incumbidas de promover o desenvolvimento da sociedade, obrigam-se diante do seu compromisso socioambiental, e devem associar as suas práticas no tripé da educação, pesquisa e extensão, viabilizando ações concernentes a uma formação acadêmica e representação social, imersas de propostas pedagógicas e projetos científicos que sejam acrescidos e empreendidos para toda a comunidade (GRANDISOLI, 2020).

Nos últimos anos, a conscientização ambiental promovida pela Educação Ambiental tem sido aferida em múltiplos entendimentos, tanto no formal quanto no informal. Consistindo em seu caráter formal, as instituições de ensino têm sido cada vez mais consagradas como o espaço para estimular a consciência ecológica, despertando assim os princípios da liberdade, da isonomia e da democracia, enfatizando a relação entre o homem e o meio ambiente (UHDE *et al.*, 2021).

O curso de Pedagogia da UNIFAL-MG, criado em 2006 por meio da Resolução nº 008/2006, apresenta em seu Projeto Político Pedagógico (PPP), a proposta de promover o desenvolvimento científico, com o intuito de atuar na transformação da sociedade, com base na formação e capacitação permanente de recursos humanos, observação científica e serviços prestados à comunidade (SOUZA *et al.*, 2019).

Vale destacar que inicialmente o curso de Pedagogia se limitava a habilitar os futuros professores para o magistério do ensino secundário e normal, além de prepará-los de forma intelectual para trabalhar com atividades técnicas-educacionais. Entretanto, com a evolução da sociedade, o escopo do curso foi sendo alterado para acompanhar tais transformações, e o pedagogo formado passou a ter capacidade de atuar tanto no ensino como na gestão e organização do trabalho pedagógico com uma visão crítica e multidisciplinar (FERREIRA, 2012; SOKOLOWSKI, 2013).

Neste sentido, com as questões ambientais discutidas nos vieses político, social e educacional, as legislações concernentes às tônicas ambientais suscitam às universidades a inserção da Educação Ambiental no currículo escolar. Assim, destaca-se que os cursos de licenciatura em Pedagogia encontram amparo legislativo na Resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 1/2006, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais, instituindo a visão crítica como norteadora da política curricular ambiental na formação do pedagogo (BARBA; FEZA, 2018).

É notório que a crise ambiental é uma preocupação que acompanha a sociedade há muito tempo e a diminuição da degradação ao meio ambiente tem sido o centro de debates em todos os campos de conhecimento. Por meio de manifestações e movimentos ecológicos, a educação ambiental começa a ser estabelecida como mecanismo de sensibilização ambiental, tornando-se um instrumento de mobilização com o objetivo de transformar os comportamentos da sociedade e adotar uma melhor interação homem-natureza (SOUZA, 2014; CRUZ *et al.*, 2016).

Hodiernamente, a relação entre a educação e o meio ambiente representa uma importante ferramenta para a ressignificação de novos conhecimentos. A formulação de uma educação ambiental crítica e inovadora visa moldar as ações sociais de modo que haja a preservação da natureza e o incentivo da educação ambiental como orientadora das intervenções na sociedade. Uma das ferramentas para uma conscientização ecológica, é a inserção da Educação Ambiental nos mais variados ambientes acadêmicos (REIS *et al.*, 2005).

No Brasil, o movimento de conscientização ambiental foi evidenciado com a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), em 1981. Seguindo neste mesmo intuito, a Constituição Federal, em 1988, em seu art. 225, § 1º. VI, reforça tais princípios atinentes a temática ambiental. Além disso, o Tratado de Educação Ambiental estabelecido na Rio 92 determina a Educação Ambiental como ponto de partida para uma sociedade mais sustentável (JOSLIN; ROMA, 2017; MILARÉ, 2018).

Com o propósito de corroborar com o papel da Educação Ambiental, a Política Nacional de Educação Ambiental foi estabelecida em 1999, por meio da Lei nº 9.795 (BRASIL, 1999), que em seu artigo 2º determina que “A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação

nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

Seguindo nesta linha de dispositivos legais, em 2012, foi publicada a Resolução CNE/CP nº 2, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, tanto para a Educação Básica quanto para Educação Superior, reafirmando o papel da Educação Ambiental, obrigando as instituições de ensino a articulá-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos (BRASIL, 2012).

A UNIFAL-MG, seguindo a legislação atinente a temática ambiental, determina que o estudante de Pedagogia, deva ter em sua formação acadêmica a inserção de conteúdos que orientem a sua conduta profissional, e destaca em seu PPP, o entendimento e a percepção da consciência da pluralidade, entendendo e agindo com respeito no que se refere às alteridades de natureza ambiental-ecológica. Daí, entende-se que as alterações realizadas no PPP do curso, em 2019, procuram atender tais transições com ações pedagógicas mais aplicáveis à realidade da comunidade em que está inserida (SOUZA *et al.*, 2019).

Gradativamente a educação se mostra eminentemente propícia para o entendimento da interação homem-natureza. Sendo a Educação Ambiental, em especial, parte desta relação. Assim, este trabalho se justifica pela importância de avaliar se as universidades estão em conformidade com o que vem sendo almejado pela sociedade em constante transformação e, sobretudo, às legislações educacionais que determinam que a Educação Ambiental seja trabalhada de forma transversal e sistêmica em todos os seus contextos curriculares.

Diniz (2008) aduz que a consciência ambiental é algo que deve ser construída ao longo da formação do indivíduo, tendo seu início na educação básica, onde é formada a base e a consolidação da sensibilização ambiental coletiva até o ensino superior, ao expandir a criticidade almejada pela sua formação acadêmica.

Por essa razão, a UNIFAL-MG apresenta como missão institucional a adoção de princípios e valores sistematizados em torno de uma reflexão crítica, enfatizando a liberdade de expressão e ensejando a solidariedade no nível nacional e internacional, designando as suas atividades e intervenções imbuídas de justiça social, reconhecimento da democracia, a inovação tecnológica e a sustentabilidade socioambiental como fonte de geração de conhecimento (SOUZA *et al.*, 2019).

Devido a relevância e constante crescimento de discussões acerca da temática ambiental, tem-se como objetivo principal deste trabalho, analisar se ocorre a oferta da Educação Ambiental e como é realizada a sua disposição nos conteúdos no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, utilizando o recorte temporal de cinco anos (2015-2020).

Materiais e Métodos

O estudo foi desenvolvido com foco no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Alfenas, em Minas Gerais, na modalidade presencial, com a finalidade de indicar a discussão e aplicabilidade sistêmica da Educação Ambiental no seu currículo escolar, tendo em vista a abordagem reflexiva do meio ambiente através da educação, em especial no que se refere à formação dos pedagogos.

O curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UNIFAL-MG dispõe de turmas somente no turno noturno e, a cada semestre letivo, há o ingresso de 40 vagas para os estudantes que prestam o processo seletivo da instituição. Conforme o seu PPP, o tempo mínimo de duração do curso é de 4 anos (8 semestres) e o máximo de 6 anos (12 semestres).

O percurso metodológico iniciou-se por meio da pesquisa bibliográfica e documental, com vistas aos documentos institucionais disponibilizados no *site* da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), em que num primeiro momento foram abordados os contextos históricos e legislativos. No segundo momento, por meio de uma metodologia quali-quantitativa, foi discutida a importância da Educação Ambiental no curso de Pedagogia e na formação do pedagogo frente à realidade encontrada na referida instituição de ensino superior.

Para um desenvolvimento mais detalhado a respeito do tema, o método adotado inicialmente foi uma pesquisa bibliográfica prévia, orientando a fundamentação teórica para auxiliar no entendimento da justificativa indicada no trabalho (CERVO; BERVIAN, 2002). Deste modo, a percepção socioambiental foi analisada diante da metodologia qualitativa e da abordagem documental, empregadas para destacar a formação acadêmica do pedagogo com a inserção da Educação Ambiental no contexto escolar (SATO, 2001).

Dessa forma, a presente pesquisa foi desenvolvida em três etapas: a primeira etapa consistiu no estudo bibliográfico-documental composta por documentos institucionais do curso de Pedagogia da UNIFAL-MG, teses, livros e artigos científicos com vistas a um aprofundamento teórico e à definição de categorias de análise para a constituição de um mapa-conceitual; na segunda fase do trabalho foram aplicados instrumentos de coleta de dados, apurados nos Projetos Políticos Pedagógicos no período que abrange 2015 a 2020. E, seguindo para a terceira etapa, houve a sistematização a partir de categorias de análise com triangulação quali-quantitativa. A partir dos dados disponibilizados foram selecionadas as disciplinas pertinentes ao tema ambiental e a sua carga horária comparada com o total de horas do curso.

Resultados e Discussões

Em relação aos resultados alcançados por meio da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (2015/2020) do curso de Pedagogia da UNIFAL-MG, com o objetivo de verificar a inserção da Educação Ambiental de forma transdisciplinar e a comparação com o que prevê a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999) – que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, têm-se a comparação de percentuais de conteúdo ambiental inserido no curso de Pedagogia. Comparou-se o volume de horas pertinentes ao tema ambiental em relação ao volume total de horas do curso no período de 2015 a 2019 e 2020, no curso de Pedagogia na UNIFAL-MG (Quadro 1).

Quadro 1. Porcentagem de tema ambiental apresentado no curso de Pedagogia da UNIFAL, MG.

Ano	Disciplina	CH (h)	CH TOTAL (h)	%	Detalhamento da disciplina
2015 a 2019	Ciências Naturais: Fundamentos e Metodologias II	45	3100	1,45%	Planejamento e avaliação no ensino de ciências. Abordagens teórico-metodológicas dos eixos temáticos do ensino de ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Terra e Universo, Vida e Ambiente, Ser Humano e Saúde, Ciência e Tecnologia.
	Geografia: Fundamentos e Metodologias I	75	3100	2,4%	O objeto da Geografia como ciência. As abordagens sobre o ensino de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental: os conteúdos, o currículo e os métodos de ensino. Conceitos e categorias para o ensino de geografia nas séries iniciais do ensino fundamental. Estudo das relações homem - meio. A construção do espaço geográfico. O lugar e a paisagem. A conservação do meio ambiente. O contexto local, nacional e global.
2020	Espaço, Tempo e Natureza na Educação Infantil	60	3230	1,85%	A Geografia da Infância e as territorialidades infantis. As relações espaciais (Topológicas, Projetivas e Euclidianas). O desenho da criança, a literatura infantil, a contação de história e a animação no desenvolvimento da representação espacial. As crianças e sua relação com a natureza. O emparedamento das crianças e sua relação com as problemáticas socioambientais. Vivências com a natureza: percepções, sentidos e conhecimentos. Ciência e arte: diálogos possíveis.

Fonte: Projetos Políticos Pedagógicos de 2015 a 2019 e de 2020 – UNIFAL-MG, disponíveis em: <https://www.unifalmg.edu.br/graduacao/cursos/?sitecurso=5&cursoid=981>

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 5: 23-32, 2022.

Os dados analisados demonstram uma redução na carga horária de disciplinas que abordavam a temática ambiental no curso de Pedagogia da UNIFAL-MG. Durante os anos de 2015 a 2019, vigorou um único PPP cuja carga horária que inseria a Educação Ambiental era de 120h sobre um total de 3.100h dispostas no curso, contabilizando um total de 3,85%. Contudo, no PPP de 2020, é constatada a diminuição para 60h dispostas em 3.230h totais do curso, logo 1,85% do total. Uma redução de 52% sobre a carga total de horas.

Cabe reconhecer, no entanto, que no novo PPP de 2020 a Educação Ambiental, de forma transdisciplinar, foi apresentada como matéria optativa, demonstrando que a instituição retoma o cuidado em discutir, no que se refere à formação do pedagogo, a sua relação com a tônica socioambiental.

No PPP disponibilizado pela UNIFAL-MG, o ementário alude dentre as suas disciplinas a Educação Ambiental como ponto transversal em suas abordagens de forma bem reduzida, em que pese ter somente uma disciplina apontando a questão ambiental, que é a “Espaço, Tempo e Natureza na Educação Infantil”. Ademais, em consulta às grades de horário disponibilizadas do período de 2015 a 2020, não houve oferta de nenhuma disciplina que contenha como ponto de discussão a temática ambiental conforme o referido documento aponta.

Neste contexto, vale destacar que a fundamentação legal apresentada no PPP, indica as legislações que preconizam a aplicabilidade da Educação Ambiental para o atendimento de tais diretrizes que corroboram que o entendimento socioambiental deve ser articulado, instituindo assim um campo de princípios e práticas atinentes a sua inserção no currículo escolar. Entretanto, na instituição de ensino aqui analisada, ainda há a carência desta inclusão de forma efetiva no curso de Pedagogia.

A Lei nº 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999), indica que a educação ambiental não deve ser instaurada como disciplina específica no currículo de ensino. À vista disso, o Projeto Político Pedagógico vigente da UNIFAL-MG, apesar de ter reduzido a abordagem ambiental de forma transdisciplinar, a apresenta como optativa com o intento de atender as orientações normativas educacionais. Contudo, destaca-se que a Educação Ambiental não foi ofertada em modalidade optativa e/ou eletiva de 2015 a 2020.

Em detrimento dessa questão, sugere-se a revisão das normas atinentes à Educação Ambiental, a estabelecer a porcentagem da sua disposição nos currículos escolares dos cursos de licenciatura, em especial o de Pedagogia, para que haja esta obrigação em oferecê-la de acordo com as demandas sociais e legislativas, assim como respeitar a autonomia da universidade a determinar o modelo de abordagem do conteúdo ambiental.

A preocupação em atender a lei denota o compromisso da instituição com o desenvolvimento de profissionais cada vez mais integrados com a Educação Ambiental e seus impactos em diferentes níveis do processo de

aprendizagem. Uma vez que o pedagogo se faz presente em todas as fases de aprendizado dos indivíduos, transferindo desta forma, o conhecimento acerca da Educação Ambiental para seus alunos de forma engajada para a sociedade. O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto social.

É importante ressaltar que a Educação Ambiental é parte de um processo de formação do pedagogo para que ele possa atuar na construção de uma sociedade mais sustentável, sendo capacitado para utilizar as questões ambientais como um norte para uma sensibilização coletiva. Tendo em vista que esta é uma necessidade real diante de uma premente descensão ambiental, em que torna-se essencial compartilhar a responsabilidade pelo desenvolvimento social e educacional, utilizando a Educação Ambiental como instrumento para mudanças comportamentais.

Conclusões

A Educação Ambiental é um instrumento da educação, que tem como intuito mostrar à coletividade quais os problemas ambientais existentes e criar meios que visem à conservação e preservação do meio ambiente. Pretende ainda colaborar com o processo de mudança da relação do homem com a natureza, reforçando a reflexão sobre a postura da sociedade e favorecendo uma cidadania pautada na consciência de seus atos perante o meio ambiente.

O pedagogo, que dentro da sua formação, deve atuar como promotor da educação ambiental, tem papel essencial no desenvolvimento construtivo dos conceitos ambientais de forma contextualizada, possibilitando aos discentes compreender e aplicar práticas sustentáveis no cotidiano, com propostas imbuídas de questões sociais, baseando-as em movimentos oriundos de necessidades políticas, econômicas, culturais e tecnológicas e que permeiam a complexidade da temática ambiental de acordo com a sua realidade.

Nesse viés, a formação de sujeitos ecologicamente corretos, participantes da construção de uma sociedade sustentável por meio dos fundamentos filosóficos, políticos e teórico-metodológicos da educação ambiental crítica é um ato político, proposital e, portanto, requer uma sistematização metodológica e pedagógica.

Mesmo diante da grandiosidade temática da Educação Ambiental, elencada nos dispositivos legais no ordenamento jurídico brasileiro, se faz necessário reconhecer, no entanto, que no novo Projeto Político Pedagógico vigente da UNIFAL-MG, a Educação Ambiental, de forma transdisciplinar, foi apresentada como matéria optativa, demonstrando que a instituição retoma o cuidado, ainda que de maneira moderada, a discussão no que se refere à formação do pedagogo, na sua relação com a tônica socioambiental.

Nesse diapasão, faz-se necessária a revisão das normas relativas à Educação Ambiental no novo PPP, de forma a aplicar a percentagem prevista no currículo escolar dos cursos de licenciatura, especialmente o de Pedagogia,

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 5: 23-32, 2022.

para que esta obrigatoriedade, esteja de acordo com as demandas sociais e legislativas. Desta forma, será possível a adoção dos critérios transdisciplinares que buscam estabelecer a Educação Ambiental na formação acadêmica do pedagogo na instituição de ensino superior supracitada.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Colegiado do Curso de Pedagogia e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, ambos da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

Referências

BARBA, H. C.; FEZA, R. C. E. Políticas Curriculares em Educação Ambiental no Curso de Pedagogia: um estudo de caso na Universidade Federal de Rondônia-UNIR. **Revista Espaço do Currículo**. João Pessoa, v. 3, n. 11, p. 516-530, dez/2018.

BRASIL. 2012. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília: Diário Oficial da União, 18/jun. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf>. Acesso em 20 out. 2021.

BRASIL. 1999. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Política Nacional de Educação Ambiental, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em 20 out. 2021.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall. 2002.

CRUZ, C. A.; MELO, N. B. I.; MARQUES, M. C. S. A. Educação Ambiental Brasileira: História e adjetivações. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. São Paulo, v. 11, n. 1, p. 183-195, mar/2016.

DINIZ, B. Relato de experiência a educação ambiental na formação de professores. **Revista Simbio-Logias**. Botucatu, v.1, n. 2, p. 01-12, nov/2008.

FERREIRA, V. L. Curso de Pedagogia no Brasil: história e formação com pedagogos primordiais. **Cadernos de Pesquisa**. [s.l.], Brasil, v. 42, n. 145, p. 311-316, abr/2012.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed. 2009.

GRANDISOLI, E. (org). **Educar para a Sustentabilidade**: Visões de presente e futuro. São Paulo: Na Raiz. 2020.

JOSLIN, E. B.; ROMA, A. C. A. Importância da Educação Ambiental na Formação do Pedagogo: Construção de Consciência Ambiental e Cidadania. **Revista Ciência Contemporânea**, [s.l.], Brasil, v. 2, n. 1, p. 95-110, jun-dez/2017.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes. 2014.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**. 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2018.

REIS, F. A. G. V. *et al.* Contextualização dos cursos superiores de meio ambiente no Brasil: engenharia ambiental, engenharia sanitária, ecologia, tecnólogos e sequenciais. **Engenharia Ambiental: Pesquisa e Tecnologia**. Espírito Santo do Pinhal, v. 2, n. 1, p. 05-34, jan/dez 2005.

SATO, M. Apaixonadamente Pesquisadora em Educação Ambiental. **Educação: Teoria e Prática**. Rio Claro, v. 9, n. 16/17, p. 24-35, jun/2001.

SOKOLOWSKI, M. T. História do curso de Pedagogia no Brasil. **Revista Comunicações**. Piracicaba, v. 20, n 1, p. 81-97, jan-jun/2013.

SOUZA, O. V. Educação Ambiental na efetivação de práticas ecológicas: Um estudo de caso sobre práticas ecológicas e coleta seletiva na Universidade Estadual da Paraíba. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. São Paulo, v. 9, n. 2, p. 364 -375, dez/2014.

SOUZA, A. G. C. A. *et al.* **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia - UNIFAL-MG**. 2ª ed. Alfenas. 2019.

UHDE, E. M. *et al.* Práticas de Educação Ambiental em uma Escola de Campo. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. São Paulo, v. 16, n. 1, p. 114-129, fev/2021.